



Presidente critica decisão de Moraes de negar investigação contra rádios e diz que apelará ao STF. Ele reclama de “desequilíbrio” na disputa

# Bolsonaro anuncia que recorrerá ao Supremo

» INGRID SOARES  
» RAPHAEL FELICE

Em entrevista coletiva convocada de última hora, ontem à noite, no Palácio da Alvorada, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que vai até “as últimas consequências” contra a decisão do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, de não investigar supostas irregularidades nas propagandas eleitorais inseridas nas rádios.

“Nosso jurídico deve entrar com recurso, já que o caso foi para o STF (Supremo Tribunal Federal). De nossa parte, iremos às últimas consequências, dentro das quatro linhas da Constituição, para fazer valer aquilo que nossas auditorias constataram. Realmente é um enorme desequilíbrio no tocante às inserções e, obviamente, interfere na quantidade de votos no final da linha”, argumentou ele, que estava em campanha na cidade de Teófilo Otoni (MG) e ia ao Rio de Janeiro, mas resolveu retornar a Brasília por causa da “gravidade” da situação.

Bolsonaro sustentou que sua campanha apresentou provas contundentes de boicote de rádios e que o ministro “inverteu” o processo. “O senhor Alexandre de Moraes, como se diz no linguajar popular, matou no peito o processo e encaminhou para o Supremo Tribunal Federal. Parte ou todo ele, para o inquérito de fake news, que ele mesmo conduz. É um inquérito que não segue a nossa Constituição e não tem respaldo do Ministério Público também”, enfatizou. “A peça pede ainda, de forma preliminar, que o partido tem que responder por ter usado o Fundo Partidário de maneira irregular, porque, segundo o senhor Alexandre de Moraes, o Fundo Partidário não pode ser usado para fazer auditoria. E, mais ainda, mandou investigar o autor da denúncia, que estaria tentando tumultuar o processo eleitoral.”

## Vítima

Bolsonaro fez atos, ontem, em três cidades do interior de Minas Gerais. Em Teófilo Otoni, ele falou da ação protocolada no TSE. “Vocês estão acompanhando as inserções do nosso partido que não foram passadas em dezenas de milhares de rádios pelo

FÁTIMA MEIRA/ESTADÃO CONTEÚDO



Bolsonaro: “De nossa parte, iremos às últimas consequências, dentro das quatro linhas da Constituição”

## Reunião de emergência

O presidente Jair Bolsonaro convocou uma reunião de emergência com ministros do governo e comandantes das Forças Armadas, no Palácio da Alvorada, assim que foi anunciada a decisão do presidente do TSE, Alexandre de Moraes, de rejeitar a ação da campanha. Na coletiva, o chefe do Executivo teve ao seu lado os ministros da Justiça, Anderson Torres, e do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno.

Brasil. Sou vítima mais uma vez. Onde poderiam chegar as nossas propostas, nada chegou”, alegou, ao lado do vice na chapa, Braga Netto (PL).

O chefe do Executivo comentou sobre a exoneração do funcionário do TSE Alexandre Gomes Machado. O servidor alegou, em depoimento à Polícia Federal, que sua saída da Corte foi em represália por ter alertado sobre falhas na divulgação de propagandas eleitorais.

“Não será demitindo um servidor que o TSE vai botar uma pedra nessa situação. Aí tem dedo do PT. Não tem coisa errada no Brasil que não tenha dedo do PT”, frisou. “O que foi feito, comprovado por nós, pela nossa equipe técnica é interferência, manipulação de resultado. Eleições têm de ser respeitadas, mas, lamentavelmente, PT e TSE têm muito que se explicar nesse caso.” Segundo a Corte, porém, Machado foi exonerado por assédio

eleitoral, inclusive, por motivações políticas.

O candidato à reeleição destacou que Moraes “é muito rápido para punir, investigar empresários e prender gente”, mas que falta “boa vontade” para resolver o caso, que, segundo ele, “pode chegar ao PT”. “Inserções de 30 segundos do PT estão dizendo que eu vou acabar com as férias e com o 13º. Como é que eu combato isso? Entrando na Justiça? Faltando poucos dias para as eleições, quanta gente vai acreditar nessa mentira do PT? É difícil você disputar uma eleição acirrada tendo um TSE parcial, um TSE que tem colaborado o tempo todo com tudo que o PT ajuíza lá”, acusou.

## Apelo

No comício, Bolsonaro afirmou que a visita ao estado não tinha o objetivo de “virar votos”, mas de consolidar sua reeleição. “Tenho um grande orgulho de

ser presidente deste Brasil, entendendo que é uma missão do nosso Deus. Estamos aqui na reta final deste segundo turno, não para virar, porque Minas já virou, mas para consolidar a nossa reeleição”, destacou, citando dados da economia.

Ele insistiu na pauta conservadora ressaltando que, com “a família ajustada, todo mundo lucra” e que “o PT sempre atacou os valores familiares”. O presidente acrescentou que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é a favor da legalização das drogas. “De droga, já chega o PT”, frisou. Também apelou aos que se abstiveram de votar no primeiro turno das eleições. “Os que não foram votar, vamos votar agora porque é um voto bastante rápido, é só para presidente da República. É só chegar lá na urna, botar 22 e confirmar”, pediu.

O governador reeleito de Minas, Romeu Zema (Novo-MG), defendeu a recondução do chefe do Executivo. “Aquilo que o PT destrói, nós vamos atrás para construir. Neste domingo, nós temos uma decisão muito importante: ou nós vamos votar pelo futuro do Brasil, pelo futuro de Minas, ou então pelo passado. Acho que ninguém aqui quer voltar para o passado de escândalo, corrupção de obras inacabadas. Nós queremos um futuro melhor, e o futuro melhor será com o presidente Bolsonaro”.

# TCU cobra da Defesa parecer sobre urnas

O Tribunal de Contas da União (TCU) cobrou que o Ministério da Defesa responda à requisição de informações sobre a fiscalização inédita realizada no sistema eletrônico de votação. A pasta ignorou uma decisão do presidente do TCU, ministro Bruno Dantas, com pedido de envio dos dados relativos ao primeiro turno, conforme novo ofício enviado à Defesa. A quatro dias do segundo turno, Dantas reiterou a solicitação. Diante do silêncio dos militares, o Ministério Público junto ao TCU cobrou a divulgação do resultado, ainda que parcial, dos trabalhos de fiscalização ou auditoria promovidos pela equipe das Forças Armadas nas eleições. O subprocurador-geral Lucas Furtado requisitou “cópia do relatório de auditoria ou de documento correlato que revele o resultado da fiscalização daquele órgão acerca do processo eleitoral relativo ao primeiro turno de votação”.

Furtado argumentou que a Constituição somente admite o sigilo no poder público “em raras hipóteses, uma delas quando a informação seja imprescindível à segurança do Estado, e,

neste caso, é a segurança do Estado que sairá fortalecida com a divulgação de tais informações”.

Bruno Dantas deferiu o pedido em 9 de outubro, e encaminhou à Defesa, com 15 dias para resposta — prazo já expirou. “Notificado dessa decisão, o Ministério da Defesa não apresentou até o momento as informações requeridas pelo Ministério Público de Contas. Tendo em vista o decurso do prazo sem a apresentação das informações indicadas pelo parquet especializado, determino seja reiterado ao Ministério da Defesa a requisição feita pelo Ministério Público de Contas”, escreveu o ministro, em decisão assinada na última terça-feira.

Após o primeiro turno, o TCU e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) asseguraram que os testes nas urnas eletrônicas confirmaram que os votos digitados foram registrados corretamente nos equipamentos. Em linha com a posição do presidente Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição, os militares não deram transparência a nenhum dado referente às atividades de fiscalização.

Em resposta a outra requisição judicial, do TSE, os militares

TCU/Divulgação



O subprocurador-geral Lucas Furtado requisitou cópia da auditoria

alegaram que divulgar dados parciais poderia levar a inconsistências no futuro e se comprometeram a entregar um relatório apenas à Corte Eleitoral e somente após o segundo turno. A Defesa afirmou que não existe nenhum relatório pronto e que não entregou documentos a nenhum dos candidatos a presidente da República.

Em entrevista veiculada na terça-feira, Bolsonaro disse que, segundo ouviu dos militares, ainda persistem “vulnerabilidades” nas urnas eletrônicas. Ele afirmou também que as Forças Armadas consideram “impossível dar um selo de credibilidade” ao sistema de votação. O Ministério da Defesa não se manifestou.

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



## Bolsonaro dobra a aposta contra o TSE e recorre ao Supremo

O presidente Jair Bolsonaro decidiu recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) da decisão do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, que negou na noite de ontem o pedido para investigar irregularidades em inserções eleitorais por emissoras de rádios, principalmente do Nordeste. O presidente da República voava para o Rio de Janeiro quando soube da decisão do magistrado e mandou o avião voltar para Brasília, onde realizou uma reunião ministerial de emergência no Palácio do Alvorada, após a qual fez um pronunciamento contestando-a e anunciando que recorreria ao Supremo.

Segundo a decisão de Moraes, os dados apresentados pela campanha sobre supostas irregularidades nas inserções de rádio são inconsistentes. O presidente do TSE também determinou que o procurador-geral eleitoral, Augusto Aras, apure “possível cometimento de crime eleitoral com a finalidade de tumultuar o segundo turno do pleito” por parte da campanha de Bolsonaro. Acionou ainda a Corregedoria-Geral Eleitoral para apurar eventual desvio de finalidade no uso do Fundo Partidário para a contratação de uma auditoria que embasou as denúncias. O caso foi encaminhado para o STF, no âmbito do inquérito que apura a atuação de uma milícia digital que atenta contra a democracia, do qual Moraes é o relator.

Na segunda-feira, a campanha de Bolsonaro havia pleiteado junto ao TSE a investigação da denúncia do ministro das Comunicações, Fábio Faria, de que as emissoras do Nordeste não estavam divulgando a propaganda eleitoral do chefe do Executivo. Exigiu também que a propaganda do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva deixasse de ser veiculada. Moraes considerou o pedido uma tentativa de tumultuar as eleições, às vésperas da votação: “Não restam dúvidas de que os autores — que deveriam ter realizado sua atribuição de fiscalizar as inserções de rádio e televisão de sua campanha — apontaram uma suposta fraude eleitoral às vésperas do segundo turno do pleito sem base documental crível, ausente, portanto, qualquer indício mínimo de prova”, escreveu o ministro.

Durante todo o dia de ontem, houve muita tensão sobre o assunto, por causa das denúncias de um servidor do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TER-DF), lotado no TSE, de que teria sido demitido sumariamente do cargo que exercia por causa do episódio. Segundo esclarecimento do TSE, o servidor havia sido exonerado por assédio moral. O episódio alimentou as especulações de que realmente teria havido uma tentativa de abalçar as irregularidades na veiculação das campanhas pelas rádios.

## Auditorias

Bolsonaro reagiu com irritação e convocou a reunião ministerial, mas aparentemente foi convencido a moderar a reação, no pronunciamento convocado às pressas, às 20h30, na porta da residência do Palácio da Alvorada, no qual voltou a criticar o presidente do TSE: “Nos surpreende, o senhor Alexandre de Moraes simplesmente inverteu o processo. Nos acusar de estarmos gastando dinheiro do Fundo Partidário com empresas para fazer auditoria. Inclusive, temos duas auditorias contratadas e uma terceira em via de contratação. No que depender de mim, será contratada essa terceira auditoria, porque mais uma prova, se bem que eu acho que nem precisava de mais, de que as inserções foram realmente potencializadas e muito para o outro lado. Dezenas de milhares de inserções do outro lado, e, do nosso lado, tinha rádio que parecia quase zero”.

Segundo Moraes, as acusações ao TSE não procedem porque a responsabilidade de encaminhar os programas para as rádios e fiscalizá-los em tempo hábil é dos partidos. Além disso, não foram apresentadas as provas da denúncia: “Os autores nem sequer indicaram de forma precisa quais as emissoras que estariam supostamente descumprindo a legislação eleitoral, limitando-se a coligar relatórios ou listagens de cunho absolutamente genérico e indeterminado”. Relatos das emissoras acusadas, que se colocaram à disposição da Justiça, começam a desconstruir a versão da campanha de Bolsonaro, que teria atrasado a entrega dos programas.

A resposta de Bolsonaro, porém, ao anunciar o recurso ao Supremo, sinaliza para a judicialização do resultado eleitoral de domingo próximo, caso perca as eleições, o que pode resultar numa crise institucional, uma vez que permanecerá no poder por mais dois meses, mesmo derrotado. Na prática, criou-se um fato jurídico cujos desdobramentos dirão se foi mais um tiro no pé da campanha de Bolsonaro ou é um pretexto formal para não aceitar o resultado do pleito, uma vez que o pedido terá que ser julgado pelo Supremo.

A oposição, ao final do dia, avaliava que a montanha havia parido um rato, ao passar a impressão de que Bolsonaro já está se sentindo derrotado e começa a apelar. Entretanto, o episódio na reta final da campanha serve para emular os bolsonaristas, que reproduzem nas redes sociais as alegações de seu líder político.